

ENTRE GIRAS E XIRÊS: COMO O MOVIMENTO NEGRO E A UNIVERSIDADE ENEGRECEM O ENSINO DE HISTÓRIA NO CEARÁ

BETWEEN GIRAS AND XIRÊS: HOW THE NEGRO MOVEMENT AND THE UNIVERSITY BLACK HISTORY TEACHING IN CEARÁ

ENTRE GIRAS Y XIRÊS: CÓMO EL MOVIMIENTO NEGRO Y LA ENSEÑANZA UNIVERSITARIA DE HISTORIA NEGRA EN CEARÁ

Fabio Cressoni¹
Cicera Nunes²

Resumo: Este artigo se propõe a discutir o apagamento da história e da memória negra no estado do Ceará. Diante disso, diferentes eventos e personagens alusivos aos períodos escravista, abolicionista e pós-abolicionista são estudados, no sentido de se compreender como a memória oficial, configurada pelas elites brancas locais, reserva a população afrocearense um lugar vinculado ao esquecimento na história do tempo presente. O conjunto de fontes analisadas, bem como a bibliografia revisitada, indicam a preponderante presença negra neste território. Nesse sentido, demonstramos como o movimento negro, ao lado da produção do conhecimento no âmbito dos grupos e núcleos de estudos e pesquisas que pautam suas produções nas temáticas da afrodescendência nas universidades públicas cearenses, questionam essa memória enquadrada. Resulta deste processo uma produção historiográfica e um currículo em torno da ideia de História Pública que visa enegrecer o ensino de História no Ceará na educação básica. Desta forma, podemos considerar a existência de um conjunto de ações, em torno de parte dos movimentos sociais negros e de parte das universidades públicas cearenses, que incide no estabelecimento de uma nova consciência histórica, alinhada às políticas de reconhecimento e direitos da população negra no tempo presente.

Palavras-chave: Memória e história; Ceará; Escravidão e abolição; Movimento negro e universidade; História pública e ensino de história.

Abstract: This article aims to discuss the erasure of black history and memory in the

ARTIGO



state of Ceará. In light of this, different events and characters related to the slavery, abolitionist, and post-abolitionist periods are studied in order to understand how the official memory, shaped by the local white elites, reserves a place for the Afro-Ceará population linked to oblivion in the history of the present time. The set of sources analyzed, as well as the bibliography reviewed, indicate the predominant black presence in this territory. In this sense, we demonstrate how the black movement, alongside the production of knowledge within the scope of study and research groups and centers that base their productions on themes of Afro-descendants in public universities in Ceará, questions this framed memory. This process results in a historiographical production and a curriculum around the idea of Public History that aims to blacken the teaching of History in Ceará in basic education. In this way, we can consider the existence of a set of actions, around part of the black social movements and part of the public universities of Ceará, which focuses on establishing a new historical consciousness, aligned with the policies of recognition and rights of the black population in the present time.

Keywords: Memory and history; Ceará; Slavery and abolition; Black movement and university; Public history and history teaching.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el borrado de la historia y la memoria negra en el estado de Ceará. Ante esto, se estudian diferentes acontecimientos y personajes alusivos a los períodos esclavista, abolicionista y postabolicionista, con el fin de comprender cómo la memoria oficial, configurada por las élites blancas locales, reserva para la población de Afroceará un lugar vinculado al olvido en la historia del tiempo presente. El conjunto de fuentes analizadas, así como la bibliografía revisada, indican la preponderante presencia negra en este territorio. En este sentido, demostramos cómo el movimiento negro, junto con la producción de conocimiento al interior de grupos y centros de estudio e investigación que basan su producción en temas afrodescendientes en las universidades públicas de Ceará, cuestionan esta memoria enmarcada. El resultado de este proceso es una producción historiográfica y un currículo en torno a la idea de Historia Pública que pretende ennegrecer la enseñanza de la Historia en Ceará en la educación básica. De esta manera, podemos considerar la existencia de un conjunto de acciones, en torno a parte de los movimientos sociales negros y parte de las universidades públicas de Ceará, que apuntan al establecimiento de una nueva conciencia histórica, alineada con las políticas de reconocimiento y derechos de la población negra en la actualidad.

Palabras clave: Memoria e historia; Ceará; Escravidão y abolición; Movimento negro y universidad; História pública y enseñanza de la historia.



Introdução

A História possui a função pública de lembrar. Nesse sentido, sua relação mais intrínseca se dá com a memória. O tempo presente atualiza a história por meio de diferentes formas de construção, desconstrução e reconstrução da memória, sendo a memória oficial uma das formas pelas quais a lembrança é constituída. Historicamente, o Estado brasileiro promoveu um processo de apagamento e de desqualificação social da população negra que tem gerado dificuldades no reconhecimento desse grupo no processo de formação social do Brasil nos aspectos tecnológicos, políticos, culturais e educacionais.

No Ceará, eventos e personagens situados nos contextos escravista, abolicionista e pós-abolicionista foram selecionados pelas elites brancas locais com o objetivo de apresentar à população um projeto amparado por uma memória enquadrada, celebrada em torno do apagamento da presença negra no Estado e do pacto da branquitude. Para Cunha Junior (2011), trata-se de um problema ideológico, que parte de um sistema de dominação, que nega a história do Estado e que se situa no campo das relações sociais e de poder. Essa problemática apresenta como consequência formas de representação de uma história que retrata a população negra “de maneira enviesada, destituída da realidade histórica, social, cultural, política e econômica” (Cunha Junior, 2011, p. 115).

Essa condição se deu pela ação de sociedades abolicionistas lideradas pelas elites brancas na província do Ceará entre as décadas de 1870 e 1880. Desta forma, é preciso compreendermos que em diferentes momentos da história houve ações destinadas a inviabilizar a presença negra neste território. Esse movimento se articulou a outras experiências, resultando em um consórcio branco, em torno da fundação do periódico *O Libertador*, financiado por esses mesmos abolicionistas, bem como a criação do Museu do Ceará, na primeira metade do século passado, e a propagação de uma historiografia entre as décadas de 1930 e 1980, destinada a propagar esses eventos a partir de uma única perspectiva. No esteio dessa memória dominante, edificou-se o racismo estrutural e institucional vigente no tempo presente, o qual viria a ser tensionado pelos movimentos de luta antirracista presentes no território cearense.

Este artigo se propõe a analisar um conjunto de eventos e personagens, em conformidade com os pontos mencionados no parágrafo anterior, no sentido de romper com a política do esquecimento relacionada a população afrocearense. A discussão apresentada tem por objetivo reverter esse silêncio e demonstrar como o movimento negro e a produção intelectual negra no âmbito das universidades podem enegrecer o ensino de História no Ceará, tanto em termos de práticas, no âmbito de suas ações diárias, como em termos de reorganização curricular da escola de educação básica.

Entendemos que os exemplos apresentados no decorrer do texto convergem em direção a um conjunto de memórias subterrâneas, invisibilizadas pelas condições acima

expostas. Essas ações se tornam ruídos dissonantes, pautados pela reivindicação de uma política antirracista manifesta na configuração de novas narrativas, cuja direção sinaliza-nos a emergência de uma história pública capaz de se articular ao ensino de história e a educação antirracista (Abreu; Mattos; Grinberg, 2019).

A elevada presença de população negra neste estado, assim como as investigações históricas realizadas nos últimos anos, se contradiz à ideia de “Terra da Luz”, que traz no seu bojo uma relação direta com a narrativa de uma presença negra incipiente no Ceará. Essa tradição inventada pelas elites somente tornou-se possível pelas sucessivas tentativas de apagamento da negritude cearense. Em outras palavras, forjou-se um modelo exemplar de história pública, disposto a cristalizar, de forma homogênea e totalizante, a cultura histórica vinculada a este tema.

Essencializada, essa cultura histórica vinculada às elites brancas locais contribuiu para a definição de um modelo de aprendizado histórico ligado às narrativas mestras, propostas pelos cânones destinados ao ato de lembrar, arquitetado por essas mesmas elites. A luta pela efetivação do reconhecimento e do estabelecimento de uma política de direitos destinada a população negra fez com que o movimento negro reagisse ao silêncio e ao esquecimento.

Percorremos o caminho da denúncia para, em seguida, prosseguirmos na direção da contestação dessa memória oficial. Esse movimento direciona a intencionalidade deste trabalho, no sentido de identificar e demonstrar como um conjunto de práticas historiográficas e pedagógicas podem se contrapor ao racismo.

Desta forma, esse artigo encontra-se dividido em duas sessões. Em sua primeira parte, é possível identificar dados relativos à elevada presença negra no tempo presente. Na sequência, problematiza-se os motivos pelos quais teriam ocorrido o apagamento dessa população, bem como as consequências do estabelecimento de um alicerce memorial estrutural e institucional embranquecido. Em sua segunda parte, demonstramos como o movimento negro e a universidade - tomando como exemplo os casos do GRUCON, GRUNEC, URCA e UNILAB - ressignificam essa memória, enegrecendo-a ante a história do tempo presente. Do ponto de vista metodológico, o artigo faz uma revisão de literatura com foco nos estudos sobre a população negra no contexto cearense. Estes estudos apontam uma contranarrativa que manifesta essa presença significativa no processo de formação territorial do Estado do Ceará, assim como nas mobilizações políticas da contemporaneidade.

Dessa articulação - da denúncia à contestação - surgem novas experiências, cujos saberes e epistemologias nos conduzem a um lugar social, político, ético e pedagógico negro. Têm-se aqui novas proposituras para o ensino de História no Ceará, cujas insurgências podem nos direcionar para mudanças em termos de uma nova história pública e de um novo currículo para a educação básica no estado. Ao caminhar entre

os passos da encruzilhada, de mãos dadas com a ancestralidade, ela é pautada pelas vivências em torno das noções de movimento e oralidade que nos guiam. Por isso mesmo, pensamos nela entre giras e xirês, que emanam em nós sua força vital, fundamental para a resistência negra ante a história e a memória do Ceará.

Ceará, Terra da Luz?³

De acordo com os dados do mais recente censo demográfico realizado no Brasil, cuja divulgação ocorreu no mês de junho de 2023, a população do estado do Ceará cresceu 4%, em comparação com os números da última contagem realizada pelo IBGE, em 2010. Isso significa afirmar que o número total de habitantes no estado passou de 8.451.644 para 8.791.688 pessoas.⁴ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), referentes ao ano de 2022, indicam que 71,7% da população cearense é negra.⁵

Se tomarmos como referência nosso primeiro censo geral, realizado no ano de 1872, 56% da população da província do Ceará era negra, contabilizando escravizados e livres.⁶ Dados a respeito da contagem executada em 1808 indicam que a população dessa Capitania era composta por 19% de pretos e 37% de mulatos, perfazendo o total de 56% de negros. Os dados relativos ao ano de 1808 não demonstram a condição jurídica desta população. A soma de pretos e mulatos nas diferentes vilas da Capitania, em 1808, indica-nos essa condição: Sobral (73%), Campo Maior (69%), Crato (67%), Monte mor o Novo (66%), Granja (60%), Icó (59%), Fortaleza (59%), Aquiraz (59%) e Aracati (54%) (Ferreira Sobrinho, 2011).

Adotando como referência o mapa da população da província do Ceará para o ano de 1804, Ferreira Sobrinho (2011) demonstra como áreas predominantes ligadas à pecuária - caso das vilas de São Bernardo, Icó, São João do Príncipe (Tauá), Campo Maior, Sobral e Crato - possuíam uma porcentagem de pretos e pardos, livres e cativos, superior a população branca. Na vila de Crato, por exemplo, contabilizou-se 19.681 habitantes, dos quais 12.793 pretos e pardos livres, bem como 1.091 pretos e pardos cativos. A população negra de Crato representava quase 71% do total de habitantes da vila.

Todavia, observamos uma redução de 19% para 6% em relação ao contingente total de pretos que habitavam a província entre 1808 e 1872. Este fato pode ser explicado a partir da intensidade do tráfico interprovincial, do qual o Ceará participou entre as décadas de 1840 e 1880, a partir do porto da Praia do Peixe, localizado em Fortaleza, principal local utilizado para o embarque de escravizados.⁷

Os índices acima apresentados, ao conectarem a história do tempo presente a outras temporalidades, indicam a significativa presença negra neste território.

Logo, podemos contrapor as informações elaboradas por um grupo de historiadores cearenses que trataram deste tema.

Pesquisadores como Raimundo Girão⁸ dedicaram-se a divulgar trabalhos cuja narrativa difundiu a suposta ideia de que a presença negra no Ceará sempre fora incipiente. Outra afirmação recorrente seria a de que esta população teria tido pouca preponderância nos processos de luta contra a escravidão na província, ou seja, os movimentos abolicionistas no Ceará não teriam relação direta com a atuação da população negra.

Cabe ressaltar ao leitor que Raimundo Girão foi um dos principais expoentes da historiografia cearense. Entre as décadas de 1930 e 1980, ele publicou mais de uma centena de estudos, entre livros de autoria própria, trabalhos organizados e capítulos de livros. Girão ocupou ainda uma série de cargos públicos no decorrer de sua vida, dentre eles o de diretor do Museu do Ceará⁹, na década de 1950. Este historiador fez parte de um conjunto de pesquisadores cuja filiação remete ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (Instituto do Ceará), fundado no ano de 1887. Sua tradição encontra-se ligada, por sua vez, ao modelo difundido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado na década de 1830.

É compreensível que Girão, dentre outros autores, tenha exercido influência na constituição da memória cearense no contexto pós-abolicionista.¹⁰ Tanto a primeira como a segunda metade do século XX foi permeada pela narrativa de um conjunto de intelectuais que detinham o privilégio de formular a história do Ceará. Evidente que, em meio a esse processo, a população afrocearense passaria a ser invisibilizada. A narrativa mestra, produzida pelos cânones locais, optaria por centralizar sua atenção na ideia da ausência da população negra neste território, bem como na constituição da abolição a partir da ação de grupos liderados pela elite branca local.¹¹

Em *Pequena História do Ceará* (Girão, 1962), Girão dedicaria dois capítulos a estas questões. Em um desses capítulos, o autor desenvolveria um tópico intitulado *A quase ausência do negro*, em que defenderia a ideia de que as atividades econômicas desenvolvidas no Ceará colonial demandariam pouca presença de sujeitos escravizados. Decorreria deste fato a justificativa para a afirmação de que “a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense [...] humilde e pouco, o negro não pode subir na escalada social, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense” (Girão, 1962, p. 78).

Sua tese se fundamentaria na concepção de que o Ceará seria desprovido de grandes lavouras quando comparado com outras localidades da região nordeste. Girão chegaria a afirmar, tomando como base os estudos de Capistrano de Abreu, que no comércio de couro na Capitania do Ceará “os ombros afro pouco entraram em cena” (Girão, 1962, p. 77-78). A presença de escravizados, de acordo com o autor, se daria



a partir da prestação de serviços no interior das residências de seus senhores. Essa hipótese nos conduz à falsa ideia de que a população negra liberta e escravizada seria pouco preponderante frente os negócios do couro no Ceará colonial.¹²

Um desdobramento dessa condição, de acordo com Girão (1962), seria, portanto, a baixa presença negra na composição étnica da população cearense. Essa projeção, aliada ao entendimento de que o tráfico interprovincial ocorrido na segunda metade do século XIX teria esvaziado a população negra no Ceará, conduz o cerne dessa narrativa mestra em torno das justificativas para a ausência de afrodescendentes neste estado da federação.

As teses de Girão (1962) são confrontadas pelos números anteriormente apresentados, os quais atestam a significativa presença negra na capitania do Ceará, em especial nas áreas destinadas à pecuária. Corroborando com esta questão, Funes (2000, p. 105), indica essa relação como elemento indissociável à ocupação deste território:

À medida que a ocupação do Ceará foi se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros e pardos vindos das províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto as fazendas de criar.

Em outro capítulo desta mesma obra – *A Abolição: A batalha Anti-escravista. Os libertadores* – o foco de Girão seria a retomada da ideia de uma escravização mais branda no Ceará. Ao citar João Brígido, têm-se a ideia de que não houve revoltas lideradas por escravizados no Ceará: “É preciso deixar bem acentuado que muito embora a cruelíssima disciplina da família antiga, que penetrava até as escolas, o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do Sul” (Brígido *apud* Girão, 1962, p. 167). Tem-se aqui a concepção de que a população escravizada não seria capaz de constituir suas próprias agências, negociando a aquisição de sua liberdade a partir de diferentes experiências, em conexão com outros sujeitos negros e não negros, a partir de variadas condições jurídicas e sociais.

Na sequência, sua atenção seria destinada a arrecadação de recursos voltados para os fundos de emancipação de escravos, a partir da atuação de lojas maçônicas e sociedades abolicionistas, tais como a Sociedade Perseverança e Porvir (1879) e a Sociedade Cearense Libertadora (1880). Ao lado das citadas instituições, observamos a referência ao jornal *O Libertador*, veículo de comunicação que circulou entre os anos de 1881 e 1892, sendo utilizado para proferir ideias abolicionistas propagadas pela elite branca cearense.¹³

Em um breve parágrafo, Girão dedicaria atenção ao episódio de 1881, a partir da



ação de José Napoleão e Francisco José do Nascimento, já apresentado como Dragão do Mar, na condição de líder da Revolta dos Jangadeiros. Feita essa menção, o autor retornaria a narrativa a partir de sua estrutura original, ao atribuir maior importância a emancipação pioneira promovida na Vila de Acarape, em janeiro de 1883.¹⁴

Em *A abolição no Ceará* (Girão, 1969), o mesmo autor redigiu vinte e três capítulos sobre este tema, dos quais apenas um retrata a população negra. Sua narrativa se comprometeria novamente em reforçar a importância das sociedades libertadoras, por meio do pacto estabelecido entre estas instituições e a elite branca local por meio de seus sócios. Em um de seus capítulos – *Os doze apóstolos e a santa causa* –, Girão traçaria uma rápida biografia de doze participantes da Sociedade Cearense Libertadora, exaltando-os em meio a esse processo, como lideranças progressistas filiadas a esta causa.

Imagem 1- Integrantes da Sociedade Cearense Libertadora.



Fonte: Cordeiro (2011).

Em pé: Isaac Correia do Amaral, Papi Junior, William Ayres, Abel Garcia, João Cordeiro, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco José do Nascimento, Alfredo Salgado. Sentados: Manoel de Oliveira Paiva, João Lopes Ferreira Filho, José Correia do Amaral e Antônio Dias Martins.

É preciso salientar que a construção dessa memória passou ainda pelo Museu do Ceará.¹⁵ Seu primeiro diretor, Eusébio de Sousa, esteve à frente da instituição por dez anos (1932-1942). Foi durante sua gestão que ocorreu a aquisição da tela *Fortaleza Liberta* (1883), do pintor cearense José Irineu de Sousa.

A incorporação da obra ao acervo do museu fez parte de um projeto de modernização do estado do Ceará e de sua capital no contexto da Primeira República. No esteio de se consolidar uma memória em torno de uma urbe civilizada e progressista, Eusébio de Sousa dirigiu um projeto formulador de uma história única, em torno da relação com o passado a partir da lembrança de um protagonismo abolicionista como um negócio dirigido por homens brancos (Oliveira, 2010).

Reunidos em assembleia, os abolicionistas pertencentes à elite branca local se

ARTIGO

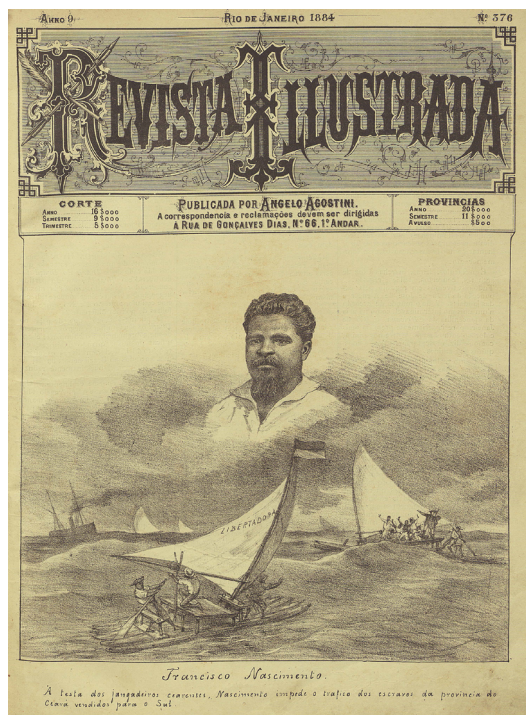
aglomerariam em uma sala composta exclusivamente por políticos, intelectuais e escritores. O único negro presente nesta representação é Francisco José do Nascimento que, a essa altura, já deixou de ser o jangadeiro Chico da Matilde para ser retratado como o Dragão do Mar¹⁶, liderança na revolta de 1881, que já se encontrava associada aos movimentos liderados pelas agremiações abolicionistas locais.

Imagem 2- Quadro Fortaleza Liberta (1883), de José Irineu de Sousa (óleo sob tela)



Fonte: Souza (1883).

Imagem 3- Revista Ilustrada, v. 9, n. 373, 1884, Capa



Fonte: Arouck [2017].

Eusébio de Sousa publicou, em 1935, em duas edições do Boletim do Museu do Ceará, uma exaltação ao trabalho executado por José Irineu de Sousa. Em um dos textos, ele destacaria a importância da tela *Fortaleza Liberta* para a constituição da memória fortalezense (Sousa, 1935a).¹⁷ Já no documento seguinte, ela associaria a pintura em questão aos processos emancipatórios ocorridos em Acarape, bem como em outras vilas da província (Sousa, 1935b).¹⁸

Cerca de cinquenta anos após a publicação dos referidos boletins, alusivos à incorporação do trabalho do pintor José Irineu de Sousa ao acervo do Museu do Ceará, Raimundo Girão publicaria o livro *Fortaleza Liberta* (1988). A obra foi editada por decisão do poder público, o que explicaria como nossa tese em torno da ideia de uma memória institucionalizada se cristalizaria em meio a sociedade cearense:

No livro comemorativo do Centenário da Abolição publicado pelo Governo do Estado do Ceará em 1988, Raimundo Girão escreve o capítulo intitulado *Fortaleza Liberta*, no qual fala sobre a importância do quadro pintado por José Irineu de Sousa. Sua abordagem se aproxima, em certa medida, a de Eusébio de Sousa. Ambos ressaltam nos textos o talento do artista que, segundo eles, teria retratado com fidelidade histórica a sessão em que se comemorou a redenção da capital do Ceará (Oliveira, 2010, p. 261).

É preciso termos em vista a forma como essa memória se consolidou, a partir das diferentes fontes analisadas até este momento: “A história da Abolição no Ceará foi se constituindo a partir da memória sobre os abolicionistas, vistos como verdadeiros guias da nacionalidade. Os negros, quando aparecem, são representados como coadjuvantes do movimento” (Oliveira, 2010, p. 254).

A mesma memória que se encarregou de embranquecer a história dos movimentos abolicionistas no estado do Ceará se configurou também a partir do esquecimento.¹⁹ Devemos perguntar: por que outro participante do movimento dos Jangadeiros, José Luís Napoleão, não obteve o mesmo destaque que o Dragão do Mar? Eis uma hipótese para esse problema:

Um colega de Nascimento, por vezes esquecido, o abolicionista José Luís Napoleão, nasceu escravo numa família escravizada, conseguiu a própria alforria e libertou três membros de sua família. Nesse sentido, o ódio de Napoleão à escravidão é mais fácil de compreender. Ele liderou a primeira greve dos jangadeiros que transportavam escravos com outros dois abolicionistas, José Vasconcellos e Isaac Amaral, no final de janeiro de 1881, tendo convocado Nascimento a participar. Já na segunda greve, em agosto daquele ano, o “Dragão do Mar” teve papel de destaque e ficou famoso. Foi escolhido pelos abolicionistas de elite como símbolo do movimento, onde passou a ter papel ativo (Miles, 2020, p. 234).

Para a elite branca abolicionista cearense, José Luís Napoleão não representaria o símbolo ideal em torno do movimento dos jangadeiros. Ex-escravizados eram discriminados de diferentes formas àquela época, sendo que nesse sentido podemos compreender por quais motivos a construção dessa memória direcionaria sua atenção para a projeção em torno de Francisco José do Nascimento, associando-o aos demais abolicionistas da Terra da Luz. Outra figura importante para repensarmos a presença negra em termos de representatividade seria Preta Tia Simoa, que fora esposa de José Luís Napoleão.

Parte da historiografia cearense, ancorada em Raimundo Girão e outros autores, conforme discutido anteriormente, faz uma breve citação a Preta Tia Simoa e o episódio da Greve dos Jangadeiros, a partir de um dos trabalhos de Raimundo Girão (1969) já citado neste artigo. Todavia, outros autores, como Júlio Abreu (1934) e Clóvis Moura (2004), mencionam Preta Tia Simoa. Ela seria referenciada por Abreu como uma “Preta Velha [conhecida] por toda a gente da capital” (Abreu, 1934, p. 144). Já Moura (2004) indicou que Napoleão “Juntamente com sua mulher, a preta ‘tia Simoa’ aliciou pessoas e deu impulso à greve dos jangadeiros [...] Nesse episódio, sua participação não recebeu, através da história, a devida importância, ficando todo o destaque para o Dragão do Mar” (Moura, 2004, p. 285).

Podemos pensar o lugar atribuído a Preta Tia Simoa por meio das considerações propostas sobre mulheres negras em condições análogas a sua. Nesse sentido, nossa atenção se volta para um estudo realizado sobre o lugar dessas mulheres na zona portuária da corte brasileira no século XIX:

As tias são consideradas mulheres mais velhas, sábias, em sua maioria negras, e que se reconhecem e são reconhecidas por serem detentoras de um saber fazer que remonta a herança africana na cidade. Existe no ser tia algo de místico e mágico, mas também de poder e político [...]. Progenitoras, líderes, rezadeiras, cozinheiras, sambistas, quituteiras, quitandeiras, organizadas, conscientizadas, mães de santo, estas tias manipulam tantos códigos que chegam a concorrer com outras formas de organização (Almeida 2013, p. 35-36).

Em investigação recente, a historiadora e integrante do movimento negro cearense Karla Alves persegue os rastros em torno dessa lacuna na historiografia. Suas observações apontam para indícios importantes, a partir de questionamentos que necessitam de maior atenção por parte da comunidade de pesquisadores envolvidos nesta temática:

Surge então o seguinte questionamento: porque Simoa, apesar de ser bastante conhecida e estimada na capital da província, de ter mobilizado a população para apoiar a primeira greve dos Jangadeiros em 1881

demonstrando, assim, tanto a sua popularidade quanto o seu engajamento político, passa despercebida pelos discursos sobre a abolição em jornais da época e pelos historiadores que se detêm a revisar a história da abolição do Ceará? (Alves, 2015, p. 338).

Tanto os periódicos impressos naquele momento, como as obras posteriormente editadas, ignoraram a presença de Preta Tia Simoa. Cumpre-nos destacar que essa memória vai, gradativamente, sendo ressignificada no tempo presente, a partir da ação do movimento de mulheres negras no Ceará. Na década de 2010, parte destas militantes criaram o coletivo Pretas Simoa, conforme apontamos em estudo anterior (Bezerra; Nunes, 2021).

Ao lado de Preta Tia Simoa, encontramos outro negro nascido na província do Ceará, invisibilizado pela historiografia local e, por conseguinte, pela memória propagada no tempo presente. Trata-se de Cosme Bento das Chagas, natural de Sobral, abolicionista que circulou pelas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará, tendo atuado no movimento conhecido como Balaiada (1838-1841). Cosme foi uma das principais lideranças negras envolvidas neste movimento, a partir da organização de quilombos que resistiram e se colocaram contra as elites oligárquicas destas mesmas províncias.

Miles (2020) informa-nos que a Assembleia Provincial do Ceará, temerosa em relação à possibilidade de um ataque, chegou a elaborar leis que tratassem especificamente dessa questão. E, de fato, os balaíos chegaram a confrontar-se com as forças locais da Vila de Granja, localizada na região noroeste do Ceará, na divisa com o Piauí.

Preso e condenado à morte no ano de 1841, Cosme era um homem livre e alfabetizado que se deslocou de Sobral, refugiando-se em um quilombo com o objetivo de escapar de uma condenação. Considerado um fora da lei, ele visualizou na Balaiada um projeto de sociedade fundamentado na liberdade da população negra (Miles, 2020). Negro Cosme chegou a organizar uma escola de ler e escrever no Maranhão, no Quilombo de Lagoa Amarela, localidade fronteiriça a Comarca de Brejo (Santos, 1983).

Aquilombado em um grande latifúndio, ele obrigou o proprietário das terras a conceder cartas de alforria para todos os escravizados que habitavam este território. Além de distribuir cartas de alforria, ele se intitulava Tutor e Imperador da Liberdade. Após o fim da Balaiada e o desmantelamento de sua organização, Cosme figurou no esquecimento. De maneira oposta, o militar Luís Alves de Lima e Silva, enviado para conter o movimento dos balaíos, fora condecorado pelo governo imperial, com o título de Duque, por suas ações repressoras a este movimento.

Outros três casos, um deles no contexto da transição do Ceará escravista para o Ceará pós-abolicionista, centrado na figura de Maria Magdalena do Espírito Santo Araújo, conhecida como Beata Maria de Araújo (1861-1914), bem como os casos em



torno do aviador Euclides Pinto Martins (1892-1924) e Raimundo Zacarias (1929-2023), denominado Mestre Doca Zacarias, atestam a continuidade desse projeto em torno do esquecimento da identidade negra no estado do Ceará.

De acordo com Diniz (2021), a história de Juazeiro de Norte, no Cariri cearense, inicia-se por ocasião de um fenômeno religioso que se dá por meio da transubstanciação da hóstia ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista, que se transforma em sangue na boca da Beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, em 1889. Esse fenômeno marca a história do Cariri cearense com repercussão internacional. A autora informa que a Beata Maria de Araújo nasceu no vilarejo de Tabuleiro Grande, à época município de Crato, no dia 24 de maio de 1863, onde, em 1911, é criado oficialmente o município de Juazeiro do Norte.

Olinda e Cordeiro (2018, p. 43), destacam que “Maria de Araújo era uma mística, ou seja, aquela pessoa que conhece Deus por uma experiência pessoal, profunda e contínua”. As autoras ainda destacam que o acontecimento levou a Beata a centralidade de controvertida “questão religiosa” que mobiliza o clero regional e os fatos chegam até Roma, tendo como consequências interdições impostas ao Padre Cícero, a Beata e todas as pessoas que acreditaram no milagre. Após a sua morte, em 1914, o seu túmulo, localizado no cemitério da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro em Juazeiro do Norte, foi violado, o seu corpo roubado, e a Beata foi condenada ao esquecimento (Olinda; Cordeiro, 2018).

De acordo com Diniz (2021), após o milagre, há uma tentativa de desqualificar a Beata, sendo possível perceber o fato de ela ser uma mulher negra e a ênfase na questão racial. Para a autora, “a repugnância não era só sobre o gênero feminino, mas, sobretudo, sobre sua raça e sua descendência” (Diniz, 2021, p. 12). Segundo Diniz (2021), a partir da década de 1980 inicia-se um movimento pela visibilidade e reabilitação da Beata Maria de Araújo que se intensifica a partir do centenário da sua morte com a participação dos movimentos culturais, movimento negro, movimento feminista, dos artistas, educadores (as), pesquisadores (as) da região, dentre outros, para denunciar o silenciamento e a violência imposta à mulher negra, santa, protagonista do milagre na cidade de Juazeiro do Norte.

O aviador Pinto Martins, nascido em Camocim, ficou conhecido pelos diferentes negócios que empreendeu ao longo de sua vida, em especial seu interesse na exploração de petróleo. Tendo estudado Engenharia Mecânica nos Estados Unidos, Martins adquiriu notoriedade ao realizar um voo entre as cidades de Nova York e Rio de Janeiro no ano de 1923. Esta foi sua segunda tentativa, pois, no ano anterior, sua aeronave caiu no mar, em Cuba. Falecido em 1924, ele passou a denominar o Aeroporto de Fortaleza no ano de 1952, em decorrência de uma lei federal.

No *hall* do segundo piso do aeroporto, podemos observar o busto de Pinto Martins,



ARTIGO

com uma placa que alude ao feito realizado no ano de 1923. A aludida peça retrata um homem de fenótipo branco. Já em sua terra natal, a casa onde ele nascera foi transformada na Biblioteca Pública Pinto Martins, no ano de 1972, em alusão ao cinquentenário de voo que cruzaria parte do Oceano Atlântico. No interior da sala principal deste espaço, Euclides se tornaria um homem branco, por meio de um quadro exposto em homenagem a sua memória.

Imagem 4- Quadro retratando Euclides Pinto Martins (Biblioteca de Camocim) – autor: Robervaldo Monteiro (s.d.)



Fonte: Euclides [...], (2023).

No ano de 2021, a *Rede de Historiadorxs Negrxs* (RHN) lançou o movimento Ocupação HN na Imprensa, como marco político e historiográfico, ligado aos cinquenta anos do movimento que instituiu o Dia da Consciência Negra no Brasil.²⁰ Nesse contexto, o Portal *Geledés* publicaria o texto *O Aeroporto Pinto Martins e a consciência negra no Ceará*, redigido por dois integrantes da mencionada rede, Leandro Bulhões, docente no curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Cícera Barbosa, à época, mestranda em História pela mesma instituição e docente na rede estadual de ensino do Ceará. Barbos e Bulhões (2021) questionariam a ausência de uma memória antirracista institucionalizada no estado, bem como o desconhecimento da sociedade em conhecer o verdadeiro rosto do aviador.

Recentemente, a história de Pinto Martins ganhou as telas. A produtora Vira Lata lançou no ano de 2023 o documentário *Euclides*, que retoma a história do aviador e discute os motivos pelos quais o piloto seria retratado como um homem branco, tanto

na capital como no interior do Ceará. Um dos focos do filme é justamente debater a questão da representatividade e as dificuldades enfrentadas pela população negra perante os processos de reconhecimento e aquisição de direitos.

No município de Milagres, no Cariri cearense, o grupo de Congos nos reconecta ao ritual de coroação de reis negros, à devoção à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, à história de resistência das irmandades negras no contexto da sociedade escravista e às origens desse ritual no continente africano. A manifestação religiosa, de origem banto africana, foi conduzida pelo Mestre Raimundo Zacarias, conhecido como Doca Zacarias, até os 93 anos de vida, quando faleceu no dia 10 de janeiro de 2023. Foi com seu pai e avô que o Mestre Doca Zacarias se iniciou na brincadeira, repassando esse conhecimento como uma missão sagrada para os seus filhos, sobrinhos e netos, bem como a comunidade de Milagres. O Mestre Doca Zacarias sempre enfatizou que os Congos são uma manifestação antiga, vinda do tempo da escravização e que revive a luta pela libertação dos Pretinhos do Congo na África (Nunes, 2010).

A história da população negra no contexto cearense é exposta por meio da manifestação dos Congos, no município de Milagres. Essa manifestação compõe parte importante do patrimônio histórico e cultural do Estado do Ceará, sendo marcas do legado africano nesse território que permanece vivo e, que, pelas lentes da ancestralidade e da memória, podemos contextualizar essa relação visibilizando a história do protagonismo negro no contexto cearense.

Enegrecer o ensino de História: contribuições do movimento negro e da universidade

O ativismo político negro, consolidado na formação brasileira pela sua historicidade, tem tido uma importância fundamental nesse processo quando reivindica a necessidade de uma revisão historiográfica que dê conta da participação da população africana e dos seus descendentes na formação da sociedade, bem como na necessidade do estabelecimento de políticas afirmativas de enfrentamento do racismo. No Ceará, é a partir da década de 1990 que se intensificam os trabalhos nesse campo com o fortalecimento das ações movidas pelos movimentos negros e a produção dos primeiros estudos que se propõem a fazer uma releitura desse contexto. O *Seminário Negada: o negro no Ceará*, realizado em maio de 1992, na Universidade Federal do Ceará pelo Fórum de Entidades Negras, composto a partir do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e dos Agentes da Pastoral Negra, apresenta uma lista de comunidades rurais negras e quilombolas cearenses (Ratts, 2011)

Cunha Jr. (2011) aponta que, na história da formação socioeconômica do Estado, encontramos referências da existência de quilombos no Ceará a partir do final do século XVI. Os movimentos negros apontam que atualmente são cerca de 100 comunidades



quilombolas conhecidas em todo o Estado. Em 1995, a pesquisadora Rosa Barros, a partir de estudo sobre a comunidade do Trilho em Fortaleza - *Negros do Trilho e as perspectivas educacionais* -, apresenta as consequências da relação entre racismo e educação no Estado do Ceará e aponta a presença das ideologias racistas no processo de formação de crianças e jovens que frequentam as escolas cearenses. Em 1996, o pesquisador Alex Ratts desenvolve a pesquisa de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP –, intitulada *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*, na qual traz à tona a existência de agrupamentos indígenas e negros apontando que as fronteiras étnicorraciais estão em movimento. O autor afirma que “A invisibilidade negra (e indígena) no Ceará é um discurso geográfico, político. Se não há negros, não há por que existir movimento, história e direito dos negros” (Ratts, 2011, p. 22).

Estudos como os de Ratts (1995), Barros (1995), Nunes, (2010), Sousa, (2015); Santos (2018), Marques, (2009) e Cunha Jr. (2011) apontam a presença significativa de população negra no Estado do Ceará. Esses grupos foram e têm sido responsáveis pelo desenvolvimento econômico desse Estado, inserindo-se na pecuária, no trabalho dos engenhos, na plantação de algodão, na agricultura, no artesanato de barro, couro e tecelagem, nas feiras livres, nas tecnologias de navegação, nas ações políticas, educacionais, culturais, religiosas, dentre outros espaços.

Essas reflexões ganham visibilidade e se fortalecem nos últimos anos a partir da ampliação dos grupos/núcleos de pesquisas voltados para a discussão desses temas nas instituições públicas e privadas de ensino superior, da realização de eventos importantes como o Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra (Cariri cearense) e o Congresso Memórias de Baobá (Fortaleza), de ações políticas importantes como a Marcha das Mulheres Negras, organizada pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), e as ações pelo enfrentamento ao racismo religioso protagonizada pelos povos de terreiro de matriz africana, pela ampliação dos estudos sobre os territórios quilombolas, pela implantação da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB –, que se organiza a partir do intercâmbio com estudantes dos países da África Lusófona, das ações movidas pelos coletivos de juventudes negras, em especial, nas universidades públicas, reivindicando políticas afirmativas de acesso e permanência, dentre outras ações.

Na região do Cariri cearense, pesquisas acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas lançam um novo olhar sobre a região e visibilizam a existência de um patrimônio material e imaterial de base africana. Dentre essas, Nunes (2010) estuda os reisados e as congadas caririenses, fazendo uma contextualização do processo de formação cultural e social da região a partir da presença da população negra; Domingos (2015) procura compreender o processo de transmissão dos ritos, mitos e tradições culturais recebidas da ancestralidade negra nos espaços de religiosidade matriz africana na



cidade de Juazeiro do Norte; Sousa (2015) parte da história da família Sousa, durante meados do século XX e XXI, para propor a reconstituição da história de Juazeiro do Norte, demarcando a importância da população afrodescendente no desenvolvimento cultural e urbano do município de Juazeiro do Norte; Silva (2019) faz uma análise do patrimônio arquitetônico do bairro Seminário na cidade de Crato como possibilidade para a apreensão das espacialidades negras e conteúdo pedagógico para a área do ensino da Geografia.

O Cariri cearense também tem se destacado pela presença quilombola, além da forte presença de comunidades negras rurais, tal como apontado em mapeamento realizado pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC – e Cáritas Diocesana de Crato, que, em 2011, identificou a existência de 25 (vinte e cinco) comunidades em 13 (treze) municípios. Santos (2023) discutiu uma proposta curricular afrorreferenciada fundamentada nas experiências ancestrais dos territórios quilombolas no Cariri cearense. No estudo, a pesquisadora destaca que, em 2016, a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará – CEQUIRCE –, identificou no Estado 85 comunidades quilombolas. Em 2019, o Movimento Quilombola do estado do Ceará, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, a Associação Comunitária Remanescente de Porteiras e o Instituto Agropolos do Ceará, mapeou 87 comunidades quilombolas, por meio de visitas técnicas, acompanhado de diálogo com as famílias que se identificam como quilombolas. Todas as ações acima mencionadas têm ocorrido em maior ou menor escala em parceria com pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Regional do Cariri (URCA), da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), comprometidas e comprometidos com uma agenda focada na educação para as relações étnicorraciais, bem como o ensino de história da África e história afro-brasileira.

No caso específico da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), esta foi criada em 2010, tendo sua implantação efetivada no ano seguinte. A UNILAB nasceu a partir de um projeto gestado no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), tendo como mola propulsora as ações organizadas pelo movimento negro brasileiro.²¹ A política de Estado proposta pelo Partido dos Trabalhadores, neste momento, partiria de uma agenda pautada pelo ideário de uma justiça reparativa, tendo como foco a relação entre África e Brasil, a partir de um eixo de cooperação denominado Sul-Sul no campo da educação superior.

Instalada no Ceará, a partir dos municípios de Acarape e Redenção, bem como na Bahia, em São Francisco do Conde, a UNILAB se pauta pelos princípios da interiorização, internacionalização e interculturalidade, com vistas à produção acadêmica-científica de maneira solidária com os chamados países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPS).²² Suas singularidades, dada a entrada de estudantes brasileiros e internacionais, em conexão com os PALOPS, implica na adoção de outras

epistemologias, contra-hegemônicas ao pensamento ocidental e seu regime de historicidade fundamentado em uma monorracionalidade (Masolo, 2010).

Concordamos com a ideia de que a UNILAB, caracterizada por esse desenho, projete suas ações a partir de outros paradigmas. O ponto de partida para esse itinerário passa o ser o Sul global, o qual, em termos de inflexão dos saberes constituídos, configura-se a partir da seguinte arquitetura:

O projeto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos atores históricos no Sul global, sujeitos coletivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da razão, das luzes e do Progresso (Nunes, 2010, p. 280).

Para nós, esse Sul, opositor aos regimes epistemológicos nortecêntricos, deve ter como catalisador o enegrecimento teórico-metodológico do campo do ensino da História. É nesse contexto que o curso de licenciatura em História da UNILAB se assenta. Aprovado em 2014, sua primeira turma entrou em funcionamento no ano seguinte. Em 2016, passamos a integrar este curso, a partir de nossa aprovação em concurso público para a área de Teoria e Ensino da História, tendo acompanhado seus estudantes desde sua primeira turma.

Nosso currículo é pensado a partir de um conjunto de disciplinas que se alinha a três eixos temáticos: Teoria, Metodologia e Ensino; Processos Históricos Globais; Processos Históricos Continentes. Distanciando-se da proposta eurocentrista em torno das narrativas mestras, pautada pelos cânones, a partir do modelo quadripartite francês, os subeixos se desdobram em componentes curriculares obrigatórios e optativos, que oportunizam repensar a relação entre as Áfricas e suas diásporas com o ensino de história na educação básica.²³ No caso específico do ensino de História no Ceará, destacamos as disciplinas Laboratório de Ensino, Fontes e Métodos III (obrigatória) e História e Historiografia da Educação do Negro no Brasil (optativa), ambas sob nossa responsabilidade.

A primeira componente visa pensar a produção do conhecimento histórico para o ensino, tendo como referências as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – que alteraram a LBD Nº. 9.394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena - e sua aplicação na educação básica. Evidente que, em meio a esse processo, as questões simbólicas e materiais sobre os protagonismos negros no ensino de História a partir do Ceará são problematizadas de forma a privilegiar a elaboração de ações antirracistas, bem como de valorização do reconhecimento das identidades afrocearenses e seus desdobramentos patrimoniais materiais e imateriais.



Como costumamos afirmar aos estudantes, trata-se de um laboratório para o ensino de História cuja cartografia se apoia no campo da educação das relações étnicorraciais, com foco nas Áfricas em sua conexão atlântica com o território cearense.

Já a componente seguinte, se articula a um debate mais amplo sobre a história e historiografia da educação das populações negras no Brasil, a partir dos períodos escravista, abolicionista e pós-abolicionista. Centrado em um recorte temporal distinto, refratário ao modelo tradicionalmente adotado, diferentes temáticas são estudadas, tendo em vista a significativa produção acadêmica acumulada neste campo, em especial nas últimas duas décadas.

No que tange a relação desta disciplina com o contexto local, atualmente desenvolvemos um projeto de pesquisa que visa compreender como se deu o funcionamento das escolas de primeiras letras na província do Ceará entre as décadas de 1830 e 1880.²⁴ A partir desta ação, realizamos, no ano de 2022, o primeiro Seminário Protagonismos Negros no Ensino e na Pesquisa em História da Educação, congregando pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, bem como integrantes do movimento negro local.²⁵ Os primeiros resultados dessas ações têm sido levados para a sala de aula, propiciando, outrossim, o estudo de fontes que indicam a presença de crianças negras nas escolas de ler e escrever do Ceará escravista, tanto na capital como em diferentes localidades espalhadas pelo interior da província. A partir das atividades de ensino e pesquisa com foco na história da educação da população negra no Ceará, foi ainda coordenada uma ação de extensão, em parceria com o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), entre os anos de 2019 e 2020, a qual resultou em capacitação para os bolsistas envolvidos, bem como a oferta de oficinas sobre este tema, no contexto da universidade (Cressoni, 2019b). É nesse contexto, que nos últimos anos, se intensificam as ações em torno de uma educação antirracista que reivindica uma releitura da presença negra nesse contexto, ao tempo em que colabora na produção de conhecimento que possibilita o reconhecimento da importância desse grupo na formação da sociedade cearense.

Considerações finais

A questão central deste trabalho foi demonstrar como o movimento negro e a universidade podem enegrecer o ensino de História no Ceará. Desta maneira, privilegiou-se uma investigação atenta a relação entre memória e história, considerando os processos de invisibilidade e enquadramento das práticas e representações destinadas ao ato de lembrar a presença afrodiaspórica neste território. Feita essa primeira digressão em torno dos eventos e personagens apresentados, pudemos avançar no sentido de responder à questão a qual direcionamos nossa atenção.

Foi possível observar como, a partir da década de 1990, tivemos o fortalecimento



das reivindicações em torno de uma revisão historiográfica capaz de reconhecer a presença e a importância da população negra no Estado do Ceará. Como desdobramento desse processo, destacamos a ampliação das ações políticas ligadas a formação dos professores de História. Enfatizamos ainda o surgimento de novas pesquisas, que promovem uma releitura das especificidades desse espaço, capazes de ampliar nossos conhecimentos sobre a influência africana no território cearense.

Conforme demonstrado, as investigações realizadas nos últimos anos apontam que a população negra sempre foi significativa no Estado do Ceará, tendo participação ativa nos movimentos abolicionistas, assim como tem se fortalecido coletivamente a partir das ações movidas pelas organizações do movimento negro na história do tempo presente, ocupando espaços de produção de conhecimento, como parte das ações de resistência realizadas no âmbito acadêmico. São ações que se manifestam, em articulação com as universidades públicas presentes no Estado, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, a partir da realização de congressos, criação de grupos de estudos, produção de materiais didático-pedagógicos, dentre outras iniciativas no sentido de se construir uma contranarrativa disposta a romper com os discursos que inviabilizaram o reconhecimento dessa presença no Estado do Ceará.

Nesse sentido, podemos considerar que o diálogo aqui proposto demonstrou a necessidade de se construir possibilidades de ressignificação da história do Ceará, propondo o enegrecimento do ensino de história e o reconhecimento da participação africana na formação do Estado, assim como das ações de resistência movidas historicamente por mulheres e homens negros neste território, com vistas a provocação de mudanças sociais no contexto do enfrentamento ao racismo. Trata-se, pois, de uma ressignificação do ensino de História, a partir de uma nova consciência histórica, cujo ditame principal emerge das contribuições do movimento negro e das universidades cearenses. O vértice desse movimento congrega, tal qual as giras e os xirês citados no título deste trabalho, a emergência do combate à invisibilidade, bem como a importância da população negra para a compreensão da História e formação da memória coletiva no Estado do Ceará.

Referências

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

ABREU, Júlio. A epopeia do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. v. 48, p. 135-148, 1934.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 17-38, 2019.



ALMEIDA, Angeliza Ferrarez de. *A tradição das tias pretas na Zona Portuária*: por uma questão de memória, espaço e patrimônio. 2013. Dissertação (Mestrado História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. *Preta Tia Simoa*: a desconstrução do esquecimento da mulher negra no Ceará a partir da afro-educação. In: SEMINÁRIO ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA. EDUCAÇÃO AFROPENSADA: REPENSAR O CURRÍCULO E CONSTRUIR ALTERNATIVAS DE COMBATE AO RACISMO, 2015, Cariri. *Anais [...]*. Crato: Universidade Regional do Cariri, 2015, p. 335-343. Disponível em: http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/docs/pdf/anais_eventos/VI-Artefatos-Cultura-Negra-2015.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

AROUCK, Osmar (comp.). *O Ceará na Biblioteca do Senado*. [Brasília, DF: Senado Federal, 2017]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/difusao/feira-do-livro-2017-ceara-2>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BARBOS, Cícera; BULHÕES, Leandro. O Aeroporto Pinto Martins e a consciência negra no Ceará. *Portal Geledés*, [Fortaleza], 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-aeroporto-pinto-martins-e-a-consciencia-negra-no-ceara/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BEZERRA, Maria Raiane Felix; NUNES, Cícera. Movimentos negros no Ceará: um olhar sobre o movimento de mulheres negras do Cariri. *O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 40, p. 49-72, set./dez. 2021.

CEARÁ. Recenseamento do Brasil em 1872. [Fortaleza: s. n.], [1872]. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf acesso em 12.nov.2023.

CENSO IBGE: confira população atualizada dos 184 municípios do Ceará. *G1*, [Fortaleza], [2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/28/censo-ibge-confira-populacao-atualizada-dos-184-municipios-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CORDEIRO, Jaqueline Aragão. Sociedade Cearense Libertadora. *Coisa de Cearense*, [Fortaleza], 21 set. 2011. Disponível em: <http://coisadecearense.com.br/sociedade-cearense-libertadora/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CRESSONI, Fábio Eduardo. A Construção da abordagem histórica numa perspectiva afrocentrada por meio do uso da poesia negra em sala de aula. *Olhares*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 63–80, 2019a.

CRESSONI, Fábio Eduardo. História da educação da população negra na província do Ceará: organização e catalogação de fontes do Arquivo Público do Estado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: ANPUH, 2019b, p. 1-14. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/>



anais/8/1564331608_ARQUIVO_ComunicacaoANPUH(FabioEduardoCressoni).pdf.
Acesso em: 17 nov. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. In: CUNHA JUNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, CICERA. *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 115-130.

DINIZ, Priscila Ribeiro Jeronimo. *Eu não estou aqui.... Aliás, eu estou aqui: o processo de invisibilidade e visibilidade da Beata Maria de Araújo em Juazeiro do Norte – CE*. 2021. Tese (Doutorado em Religião, Cultura e Sistemas Simbólicos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. *Pedagogia da transmissão na religiosidade tradicional de base africana: um estudo histórico e filosófico em Juazeiro do Norte – CE*. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

EUCLYDES Pinto Martins. Rio de Janeiro: Vimeo, 2021. 1 vídeo (2 min 07 s). Publicado pelo canal Viralata, 2023. Disponível em: <https://vimeo.com/582093359?share=copy>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catarina, minha nêga tão querendo te vende. escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Secult, 2011.

FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 103-134.

GABARRA, Larissa. Monumentos de cativeiro são circo de horrores para a consciência negra. *Ceará Crioulo*, [Fortaleza], 11 set. 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativeiro-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: Secult, 1969.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1962.

IBGE. *Censo demográfico: principais resultados - características urbanísticas do entorno dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=destaques>. Acesso em: 12 nov. 2023.

IBGE. *PNADC - pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua*. Rio de Janeiro:

IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/10070/62888> Acesso em: 12 nov. 2024.

MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e*



reelaboraões (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MASOLO, Dimas. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana *In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 313-340.

MILES, Tombe. Líderes negros e o significado de liberdade no nordeste do Brasil no século XIX. *In: FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). História de negros no Ceará*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 217-248.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NUNES, Cícera. *Os congos de milagres e africanidades na educação do Cariri cearense*. 2010. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

OLINDA, Ercilia Maria Braga; CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. A beata Maria de Araújo nos simpósios internacionais sobre o Padre Cícero: traços de uma protagonista invisibilizada. *Reflexão*, Campinas, v. 43, n. 1, p. 137-153, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. *In: FUNES, Eurípedes; LOPES, Francisco Regis; RIBARD, Frank; RIOS, Kenia Sousa. África, Brasil e Portugal: história e ensino de história*. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p. 252-267.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiania, v. 1, n. 1, p. 03-12, jn./jun. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. O negro no Ceará (ou o Ceará negro). *In: CUNHA JUNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, CÍCERA. Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 11-22.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 9, p. 109-127, 1998.

SANTOS, Ana Paula dos. *Educação escolar quilombola no Cariri cearense: africanização*



da escola a partir da pedagogia de quilombo. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Maria Januária Vilela dos. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Meyrelle Macedo da. *Patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2019.

SOUSA, Eusébio de. *Boletim do Museu Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, v. 1, n. 1, 1935a.

SOUSA, Eusébio de. *Boletim do Museu Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, v. 1, n. 2, 1935b.

SOUSA, Kássia Mota de. *Por onde andou nossa família: veredas e narrativas das histórias das famílias*. 2015. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUZA, José Irineu de. Fortaleza Liberta (Painel). *Enciclopédia Itaú Cultural*, São Paulo, 1883. <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11648/fortaleza-liberta-painel>. Acesso em: 13.nov.2023.

TEÓFILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará: 1878-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

Notas

¹Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE) e docente colaborador no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) e do Grupo de Trabalho Ensino de História e Educação (ANPUH-CE).

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora na Universidade Regional do Cariri (URCA-CE). Docente nos Programas de Pós-Graduação Profissionais em Educação e Ensino de História (ProfHistória) na URCA. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

³Caberia ao abolicionista José do Patrocínio (1853-1905) duas ações que contribuiriam para a edificação dessa memória: o Ceará fora denominado por ele como Terra da Luz, em alusão ao pioneirismo branco abolicionista local, bem como Francisco José do Nascimento teria ganho o apelido de Dragão do Mar no mesmo ano de 1884, ao viajar a bordo de uma jangada até a cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de participar das comemorações alusivas ao processo abolicionista cearense na sede da Corte.

⁴Conforme matéria jornalista publicada no mês de junho do referido ano, disponível em (Censo [...], 2023). Os dados apresentados podem ser consultados ainda a partir do site do IBGE,

disponível em (IBGE, 2022).

⁵Neste caso, 6,8% se autodeclararam pretos, enquanto 64,9% se autodeclararam pardos. Os dados apresentados se encontram no site do IBGE. Disponível em (IBGE 2024).

⁶Dados disponíveis em (IBGE, 1872). Para uma melhor compreensão da análise do referido censo, com objetivo de pensar a presença negra na província do Ceará no período escravista, sugerimos a leitura do trabalho publicado por Funes (2000).

⁷De 1874 a 1879, foram embarcados no porto de Fortaleza cerca de 8.900 escravizados. Em números percentuais, temos um total de 25% de cativos negociados dentro da dinâmica do tráfico interno, cujo principal mercado seria a região sudeste, a partir das áreas de plantio de café denominadas como Oeste Paulista. Essa porcentagem se aplica a comparação desses dados com o número de escravizados registrados no Censo de 1872 (Teófilo, 1922). A compreensão do lugar do tráfico interprovincial na economia cearense pode ser aferida a partir de Ferreira Sobrinho (2011). Em sua investigação, ele identificou diferentes intermediários que atuavam no deslocamento de escravizados para a região sudeste. Em um desses registros, a título de observarmos a quantidade de escravizados que partiram do Ceará em direção a província de São Paulo, Ferreira Sobrinho (2011) contabilizou 25 cativos advindos do Ceará no livro de registros de compra de escravos para a cidade paulista de Pirassununga, entre 1877 e 1878, de um total de 44 cativos negociados. Este número representa pouco mais de 55% do total de escravizados envolvidos nestas transações.

⁸Raimundo Girão (1900-1988) fez parte de uma geração de políticos e intelectuais que, na transição do Império para a República, dedicaram parte de sua atenção à escrita da história, com abordagens consoantes aos ideários de uma história nação, nos moldes das grandes narrativas mestras, cujos cânones se consagrariam a partir da eleição de personagens heroicos, tipificados por suas ações diplomáticas ou militares em prol da formação de um projeto de Estado cuja racionalidade reservou espaço somente para as elites do país. Bacharel em Direito, foi prefeito interino de Fortaleza (1933-1934). Atuou como memorialista, sendo membro do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, a partir da década de 1940. Exerceu ainda a função de diretor geral do Museu do Ceará ao longo de parte da década seguinte. De sua produção historiográfica, observa-se um contingente de obras destinadas a buscar moldar gerações de cearenses, a partir das concepções aqui destacadas.

⁹Instituição criada no ano de 1932, juntamente com o Arquivo Público do Estado do Ceará, pelo então governador Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça.

¹⁰Trata-se da construção de uma memória oficial amparada pelo Estado e reconhecida pela sociedade. De acordo com Pollak (1989), essa ação visa evitar a competição decorrente do conflito com outras memórias divergentes em relação a um mesmo evento. Têm-se aqui a ideia de uma memória enquadrada, com o objetivo de se consolidar, sequencialmente, em uma memória coletiva. Dominante, essa memória oficial procura anular representações opostas (memórias subterrâneas), cujas lembranças dissonantes possam se opor aos privilégios constituídos pelos grupos detentores da memória oficial. De acordo com esse historiador, “a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas” (Pollak, 1989, p. 13). Todavia, essa memória seria contestada pelo movimento negros e pelas universidades, pois como afirma Pesavento (2005, p. 15), “a memória é por definição uma luta contra o esquecimento”.

¹¹O estudo pioneiro executado por Alex Ratts (1998) demonstra como a população negra no Ceará foi invisibilizada no período pós-abolicionista, sendo, pois, “redescoberta” apenas a partir da

década de 1980. O autor discute os motivos dessa invisibilidade, no sentido de indicar estratégias pautadas pelas relações de parentesco, memória e ação política para a consolidação desses territórios negros, com vistas a um projeto que, nas palavras de Ratts (1998, p. 125), revela-nos um “desejo de ficar na história”. Este esquecimento por parte do Estado e da sociedade cearense no pós-abolição transforma as memórias negras em clandestinas, inaudíveis. Entretanto, estas memórias, de acordo com Pollak (1989, p. 09), podem “aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil”.

¹²Raimundo Girão se contradiz, pois, o próprio Capistrano de Abreu afirmaria o seguinte, em relação à criação de gado e à constituição dos vaqueiros na região nordeste: “A criação do gado influe sobre o modo por que se forma a população [Capistrano cita João Pereira Caldas, governador de diferentes capitanias no decorrer do século XVIII] ‘Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará [...] principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros [...] Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão ao trabalho na agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro’” (Abreu, 1988, p. 140).

¹³Uma das formas adotadas pelas integrantes das sociedades abolicionistas na divulgação de suas campanhas foi a publicação de poesias no jornal *O Libertador*. Em trabalho anterior (Cressoni, 2019a), analisamos como parte de seus membros – Juvenal Galeno, Oliveira Paiva, Cipriano de Almeida, Barbosa de Freitas, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra de Menezes, Justiniano de Serpa e Antônio Martins – empregaram este recurso na articulação desse movimento.

¹⁴Gabarra (2020) chama-nos a atenção para o fato de que Acarape era uma vila cuja economia girava em torno da produção de cachaça, atividade econômica com pouca necessidade de mão de obra. Nesse sentido, os escravizadores desta localidade venderam seus cativos - pouco mais de cem, no total - para o Estado, por meio do fundo de emancipação, que funcionava como uma restituição financeira estatal, desde sua criação no ano de 1871. Trata-se de compreender que a data de criação do citado fundo coincide com o período de declínio da economia cearense, tendo em vista as grandes secas ocorridas no final da década de 1870. A política abolicionista em torno das indenizações praticadas pelo aludido fundo, em consonância com o tráfico interprovincial se tornaram uma alternativa para os proprietários de escravos diminuir o impacto de suas perdas. De acordo com Gabarra (2020), soma-se a esse processo a crise do algodão no Ceará, momento em que o mercado externo voltou a ser suprido pelo algodão americano, tendo em vista o fim da Guerra da Secessão. Cabe ainda salientar que o pioneirismo redencionista de Acarape serviu como propaganda, deflagrada pelo jornal *O Libertador*, para que os escravizadores residentes em outras vilas adotassem a mesma lógica e, desta forma, passassem a dimensionar a possibilidade de atenuar os impactos econômicos da crise, revertendo parte de seu capital em espécie, através do fundo de emancipação.

¹⁵Em concordância com Pollak (1989, p. 10), consideramos que “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus e bibliotecas, etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras”.

¹⁶Esse mesmo processo ganharia projeção nacional. Angelo Agostini, por exemplo, representaria Francisco José do Nascimento como líder à frente do movimento dos jangadeiros, na capa de uma das edições da Revista Ilustrada, em 1884, conforme expomos a seguir.



¹⁷"José Irineu de Sousa, o consagrado artista cearense autor do célebre quadro FORTALEZA LIBERTA, comemorativo da redenção dos cativos no município de Fortaleza (24 de maio de 1883)" (Sousa, 1935a, p. 1).

¹⁸"Acarape redimira os seus escravos a 1 de janeiro de 1883, passando a ser, deste modo, o 1º município livre do Ceará e do Brasil. Por sua vez, em escala sucessiva, S. Francisco, Pacatuba, Icó, Baturité, São João do Príncipe, Maranguape, Messejana e Aquiraz já haviam lavado de seus alcantis, de seus valles uberrimos, a nodoa da escravidão. Dia a dia, os municípios libertos iam conquistando animadoras adesões. A propaganda aumentava, recrudescia, com ardor e coragem, reconhecidos, dos seus mais esforçados paladinos" (Sousa, 1935b, p. 5).

¹⁹Para Pesavento (2008, p. 6), o esquecimento é um "Tempo que finge não ter existido, soterrando as lembranças". Nesse sentido, o projeto civilizador em torno da ideia de modernizar a cidade de Fortaleza, bem como o estado do Ceará, no contexto pós-abolicionista, incide "no movimento centrífugo do crescimento, do centro para fora e para os subúrbios, ameaça a memória, produz o esquecimento, destrói os significados" (Pesavento, 2008, p. 6), conforme demonstrou esta autora, ao estudar a modernização das cidades, na sua relação com a história e a memória. A vontade de esquecer, no caso cearense, se conecta ao desejo modernizador de progresso idealizado pelas elites brancas locais.

²⁰No ano de 1971, o centro da cidade de Porto Alegre recebeu um conjunto de estudantes negros que fundaram o Grupo Palmares, com o objetivo de promover estudos sobre a história e cultura negra.

²¹A criação da UNILAB data de 20 de julho de 2010, por meio da Lei 12.289. Na mesma ocasião, o presidente Lula instituiu, por meio da Lei 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial. Ambas as ações aqui mencionadas resultam do histórico de lutas do movimento negro brasileiro.

²²Atualmente, a UNILAB recebe estudantes advindos dos seguintes países: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

²³Destacamos aqui as seguintes componentes curriculares pertencentes ao núcleo de disciplinas obrigatórias: Antiguidade Africana, Médio Oriental e Mediterrânea; O Mundo Islâmico e o Medievo Europeu; História e Historiografia da África. Da mesma forma, referenciamos as seguintes componentes, ligadas ao núcleo de disciplinas optativas: A África e a Dominação Ocidental; História do Racismo e Antirracismo no Mundo Atlântico; Relações Brasil-África: Cooperação e Geopolítica Contemporânea no Atlântico Sul; Tópicos em História de Cabo Verde; Tópicos em História de Guiné-Bissau; Tópicos em História de Angola; Tópicos em História de Moçambique e Tópicos em História de São Tomé e Príncipe.

²⁴População negra e instrução pública na província do Ceará (1833-1888): história da educação e das políticas educacionais, projeto aprovado no edital PROPPG 01/2022.

²⁵Recebemos pesquisadores da UNILAB, UERJ, PUC-RJ, UFSCar, UFPB e Uni Ateneu (CE) entre os dias 26 e 30 de setembro de 2022.

